



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

Família e Trabalho: identidades femininas em contexto rural *

Sofia d'Aboim Inglez **

Identidades sociais e género

As mulheres pertencem por nascimento e por socialização a uma categoria socialmente construída e fundadora de uma trajectória social específica e sexuada. A estas categorias de género, de atributos estereotípicos e divisoras do mundo social em masculino e feminino, articulam-se modelos normativos de comportamento que instituem, no âmbito de um contexto espacial e temporalmente localizado, o dever-ser social sobre os comportamentos socialmente legítimos das mulheres e dos homens, modelos estes que lhes atribuem determinados conjuntos de práticas, formas práticas para a acção que orientam e servem de referentes às acções dos indivíduos. Atribuem-se deste modo determinadas tarefas sexualmente diferenciadas a homens e mulheres, no quadro de relações de género assimétricas. Assim, dos contextos estruturais de socialização e sociabilidade em que as mulheres estão inseridas nascem identidades sociais particulares, que funcionam como sistemas de disposições, de apreciações e de acções estruturadores das suas práticas e representações, do que efectivamente fazem e dos modos como vêem o mundo social e o seu lugar nesse mundo.

Os processos de construção de determinadas identidades sociais articulam-se embrionariamente à pertença a um género socialmente construído e codificado, que não deve, contudo, ser conceptualizado na qualidade de categoria unitária e omnirelevante nos processos sociais. Dir-se-á antes que as pertenças estruturais dos indivíduos influenciam os modos de vivência do género e a sua definição. Cada classe, cada geração têm modos particulares de conceptualizar, nas representações e nas práticas, a diferenciação entre categorias sexuais, entre masculino e feminino, pois como nos diz Bourdieu *“La somatisation progressive des relations fondamentales qui sont constitutives de l'ordre social, aboutit a l'institution de deux 'natures' différents, c'est-à-dire de deux systèmes de*

différences sociales naturalisées...” [1]

O sistema de disposições incorporadas produz assim construções socialmente sexuadas do mundo social, mundo este em que se reconstrói uma divisão sexuada dos indivíduos e das suas práticas. O trabalho de transformação desta relação em natureza encontra o seu fundamento nas diferenças entre os corpos (masculinos e femininos), ao mesmo tempo que os socializa diferentemente, e encontra a sua solidificação na realidade e nas representações da realidade. A socialização do biológico e a biologização do social faz aparecer uma construção social naturalizada como justificação da representação arbitrária da natureza, dando realidade prática e normativa a categorias simbólicas socialmente incorporadas.

A identidade social, conceito que aqui utilizamos, é uma noção problemática pela sua conotação com princípios essencialistas de definição de uma individualidade singular permanente e essencial, traduzida na procura de um ser arquétipo — “do que se é”. Foi com consciência dos inúmeros problemas que o uso desta noção levanta que a utilizámos na pesquisa que realizámos. Inicialmente pensada como hipótese a ser testada na experiência de terreno, a noção de identidade acabou afinal por se revelar um complemento heurístico e hermenêutico do conjunto de instrumentos teóricos que nos permitiram abordar o objecto em análise, *i.e.*, as modalidades através das quais mulheres de diferentes gerações fazem a articulação entre vida familiar (com as respectivas obrigações domésticas) e vida profissional, e igualmente as formas de construção de determinadas identidades sociais a partir da vivência quotidiana de modos particulares de dupla jornada. Com a noção de identidade social pretende-se salientar e demonstrar que a inclusão em categorias de género não é apenas um processo legitimado do exterior, mas dinamicamente assumido pelos sujeitos, que ao longo da sua trajectória social vão assumindo construtivamente, com reformulações

e transformações, uma determinada identidade social, identidade essa marcada à partida pela pertença a um sexo, que ao ser socialmente construído como categoria de género, selecciona formas de estar específicas aos homens e às mulheres e põe à sua disposição determinados recursos simbólicos e materiais através dos quais os indivíduos constroem a sua individualidade social, no seio de uma relação assimétrica entre o masculino e o feminino.

A identidade levanta, de facto, uma série de questões complexas ao procurar-se para ela uma definição sociológica. Não falamos então de identidades grupais das mulheres, que não constituem um grupo, sendo antes um conjunto largamente heterogéneo de indivíduos marcados pela pertença simbólica comum à categoria mulher, mas sim de um processo social de construção de uma matriz prática e de atribuição de sentido e significações sociais, através da qual os indivíduos se localizam no mundo social e se situam em determinados quadros de acção e de representações

sociais.^[2] Uma matriz construída pela interiorização de categorias em quadros de socialização e sociabilidade duráveis, configuradores de uma trajectória social específica. A identidade social é assim um produto da experiência passada que se consubstancia em formas de estar, em estilos de vida, em opções normativas, em *hexis* corporais e gestos naturalizados traduzidos no sentido subjectivo dado às inserções objectivas e nas maneiras como se define, com diversos graus de consciência, um lugar no mundo social no quadro de relações de alteridade, em comparação com os outros, e ainda nas formas como se é por eles reconhecido, pois o reconhecimento social dos outros é também incorporado pelo sujeito no duplo processo de produção e recepção de sentido social. A noção de identidade social deve ser entendida como assentando em alguns pressupostos de base, o seu carácter relacional, dinâmico, plural e interactivo, pois estabelece a relação entre determinados atributos associados a uma pertença categorial com significados sociais particulares, é permanentemente reconstruída e mutável estando os seus conteúdos em permanente recomposição, é plural porque um mesmo indivíduo agrega referentes diversos e ambíguos situacionalmente variáveis, é também relacional porque construída em relações de alteridade social, ao longo do processo de socialização e da trajectória social.

Assim, e seguindo de perto a proposta de Madureira Pinto para a definição de identidade social, esta noção é aqui assumida na sua vocação eminentemente relacional e não essencialista, sendo

avaliada em dois eixos de base: o eixo das sincronias sociais e o eixo das diacronias sociais.^[3] No primeiro afirma-se que a produção das identidades sociais implica a interrelação de dois processos, o processo pelo qual, neste caso, as mulheres se integram em conjuntos mais ou menos vastos de pertença ou de referência (*identificação*) e o processo através do qual estas se diferenciam socialmente, fixando em relação a outros (os homens em geral, ou mesmo as outras mulheres) distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (*identização*). Pondo a tónica no eixo das diacronias sociais, a construção de identidades vai alimentar-se de trajectos sociais incorporados nos agentes, da posição ocupada por estes na estrutura social, na medida em que ela determina e configura contextos de socialização e sociabilidade duráveis, e dos projectos que, em função das coordenadas estruturais referidas, são socialmente formuláveis em cada momento.

Esta dimensão simbólica e prática pode ser encarada enquanto geradora do sentido da acção, geradora do conhecimento e do reconhecimento de identidades e diferenças, de posições e disposições no espaço social e possível definidora de afinidades electivas face a determinados referentes sociais, a práticas sociais que se valorizam em detrimento de outras. As mulheres não têm apenas determinadas práticas, elas atribuem-lhes um sentido diferencial e esse processo de criação de sentido está profundamente ancorado nas suas identidades sociais específicas, produtos de um processo de incorporação social em que, não só são inculcadas determinadas categorias, como também conteúdos simbólicos prioritários em detrimento de outros. Por exemplo, os conteúdos simbólicos de ser mulher-esposa e mãe podem ser prioritários face ao ser mulher-trabalhadora e inversamente, construindo-se assim uma identidade social que toma como referentes de localização social determinadas posições e práticas e não outras.

A identidade social é afinal um sistema de disposições, como a define Bourdieu.^[4] A pergunta que fazemos é então a de saber que sentidos atribuem as mulheres ao universo normativo que as socializou e que sentidos reconstróem elas nas práticas, ao serem receptoras e produtoras das identidades sociais que lhes são próprias.

Finalmente, e retornando ao sentido da sua utilização no contexto da nossa pesquisa, a identidade social funciona como princípio sistematizador (ao ser ela própria o sistema de disposições) dos sentidos sociais das práticas, dos valores, das opiniões, na medida em que reconstrói de forma prática a inclusão em determinadas categorias de sentido e a exclusão de outras, de forma mais ou menos consciente, inscrita simultaneamente na consciência prática e na consciência discursiva. É, assim, a síntese simbólica e prática do *habitus*, ao hierarquizar complexos de práticas sociais, que se configura na atribuição diferencial de sentido aos seus vários campos de acção. Ao assumirem determinados lugares sociais de recepção e produção de sentido, os actores sociais

constróem também uma identidade social, intrinsecamente marcada pela sua pertença de género, que funciona como princípio organizador das experiências, percepções e avaliações e selecciona referentes sociais de pertença numa acção concatenada entre prioridades práticas e importância simbólica.

Procurámos assim aferir as práticas e as representações femininas, *i.e.*, o que as mulheres fazem e o que dizem, no quadro de uma articulação entre duas esferas complementares e estruturadoras da sua trajectória social específica e sexuada, a articulação entre família e trabalho, entendida como complementaridade e/ou oposição. Da construção de tipos específicos de dupla jornada familiar e profissional, definidos pelas posições das mulheres na família conjugal, face ao trabalho doméstico e face ao trabalho profissional, emergem também modalidades de construção identitária particulares, estruturadas no quadro da relação explicitada.

Deste modo considerámos apenas uma população de mulheres casadas com profissionalizações no exterior do mundo doméstico, portanto inseridas na esfera do trabalho e partilhando com os

maridos responsabilidades objectivas no sustento da família.^[5] Todas estas mulheres de faixas etárias diferenciadas, logo enquadradas em diferentes tempos e contextos históricos de socialização e vivência, habitam no pequeno núcleo urbano da vila de Castelo de Vide (distrito de Portalegre, Norte Alentejo), aí vivendo e aí trabalhando. Aí se realizaram também as entrevistas que lhes fizemos e os contactos interpessoais, mais ou menos prolongados de forma informal, que com elas mantivemos e que nos permitiram adquirir um conjunto de informações cuja riqueza ultrapassou o momento exclusivo da entrevista.

Família e trabalho

A questão da diferenciação de género e da divisão social e sexual do trabalho tem sido amplamente tratada em sociologia da família, nomeadamente no que se refere às relações conjugais e à repartição do trabalho doméstico e da autoridade no casal, e à posição das mulheres na vida profissional, enunciando-se as formas específicas pelas quais as mulheres articulam família e trabalho e vivem uma dupla jornada de trabalho.

À teoria parsoniana sobre a divisão dos papéis conjugais que atribuía a responsabilidade instrumental aos homens e a responsabilidade expressiva às mulheres sucederam-se inúmeras abordagens com o objectivo de explicar os processos e factores de diferenciação sexual, na família e fora dela, segundo os contextos históricos espacialmente localizados e as classes sociais, mostrando bem a pluralidade de formas de divisão de papéis e práticas.

Algumas perspectivas relacionam a organização familiar e a sua diferenciação interna com a posição dos indivíduos em estruturas exteriores. A teoria dos recursos de Blood e Wolfe subordina os critérios de divisão do poder na família bem como a questão da repartição das tarefas domésticas à maior ou menor detenção de recursos (escolares, profissionais, patrimoniais, etc.) estabelecendo assim a

relação entre posição na organização social e posição no seio da família.^[6] Se as mulheres têm menos poder e trabalham domesticamente mais que os seus maridos isto dever-se-ia ao facto de terem menos recursos do que estes. Emily Bott por seu lado associa o grau de segregação dos papéis à densidade das redes de relacionamento dos cônjuges fora de casa, fazendo também a ponte

entre organização familiar e organização social.^[7]

Outras perspectivas colocam o acento nas mudanças das formas familiares, nomeadamente a passagem da *instituição* para o *companheirismo*, associada à crescente negociação familiar dos poderes por oposição à rigidez da família tradicional, embora ainda no quadro de uma divisão

tradicional de tarefas entre os cônjuges.^[8] Actualmente a questão dos modelos familiares está subordinada à pluralidade das formas familiares, que indiciariam contudo um movimento crescente de passagem das famílias *aliança*, ainda fortemente institucionalizadas mas já caracterizadas pelo amor romântico como princípio da união, para as famílias *fusão*, onde sobressai igualmente o amor romântico mas no quadro de uma recusa da instituição tradicional, e da igualdade entre os cônjuges, e mais recentemente as famílias *associação* que simbolizariam o triunfo do individualismo

sobre o nós conjugal.^[9] Modelos estes que sofrem grandes variações de classe, havendo uma coincidência entre valores e formas de diferenciação tradicionais e famílias operárias e de empregados, e uma coincidência entre formas de organização mais modernas e famílias de quadros superiores. Modelos estes também que se encontram socialmente enquadrados em contextos específicos de vivência dos actores sociais, associando-se formas de conjugalidade mais modernas e indiferenciadas aos meios urbanos e a prevalência de modelos mais tradicionais aos meios ruralizados.

Estas mutações nas formas familiares estariam ainda relacionadas com o movimento progressivo

de inserção das mulheres no mercado de trabalho e a escolarização do sector feminino da população, que, se não propicia uma total igualdade conjugal, induz a uma maior indiferenciação de tarefas e negociação da autoridade familiar. Assim, as práticas das mulheres, se estão profundamente ancoradas nas suas inserções familiares, são também estruturadas pelas inserções das mulheres na esfera do trabalho, doméstico e profissional, ou melhor ainda pela relação de determinações recíprocas estabelecidas entre família e trabalho.

Foi-nos possível diferenciar as mulheres entrevistadas, de acordo com as suas situações familiares e profissionais, estabelecendo-se a articulação entre modelos de dinâmicas conjugais e formas de estruturação de tipos particulares de relação entre família e trabalho profissional, *i.e.*, de dupla

jornada.^[10] Conclui-se assim a existência de três grupos de mulheres com práticas, representações e identidades sociais particulares, cujo critério de diferenciação se constitui sobretudo ao nível das normas e representações que, para estas mulheres, dotam de sentido a realidade da suas acções, estratégias e projectos de vida, quotidianamente levados a cabo.

Famílias fusionais e profissionalização desejada

Dois princípios fundamentais caracterizam estas mulheres, a representação da igualdade entre os sexos, nomeadamente entre os membros do casal, e o carácter dividido das suas práticas em função da família e da casa e da sua inserção no mundo do trabalho, inserção essa que é para elas legítima e normal, parte integrante de uma trajectória desejável e não apenas necessária.

As práticas das mulheres na família e fora dela constroem-se no jogo quotidiano das relações conjugais, relações idealmente igualitárias e com um máximo de indiferenciação entre os cônjuges, representações mais ou menos transversais a um grupo considerável de mulheres pertencentes a faixas etárias mais jovens. Estas mulheres, entre os vinte e os trinta e poucos anos, têm, de facto, práticas que oscilam entre as suas estratégias profissionais e as suas pertenças familiares, ao serem protagonistas legítimas de uma “dupla jornada” que exige um desdobramento das suas actividades, num jogo complexo entre funções de reprodução e funções de produção,

dimensões claramente separadas e distintas.^[11]

Contudo, a relação com o marido, os cuidados com os filhos, os compromissos domésticos mal divididos com o cônjuge continuam a absorver grande parte do tempo, responsabilidade e trabalho destas mulheres, negando-lhes a igualdade discursivamente aspirada, sendo assim no quadro da relação conjugal que são delineadas, mais ou menos conscientemente, estratégias e projectos e estruturadas as coordenadas centrais orientadoras das trajectórias individuais e familiares, os lugares que cada membro da família conjugal ocupa dentro e fora dela.

De facto, como é referido por J. Kellerhals os casais contemporâneos estão inseridos entre dois discursos e normatividades sociais diferentes, a tradição que fundamenta um modelo assimétrico de divisão do poder e dos papéis conjugais e a ideologia da igualdade associada ao primado do

amor romântico que abole as diferenças entre os sexos no seio do casamento.^[12] Ainda para Kauffman, se é certo que a noção de igualdade tem produzido transformações profundas nos códigos de comportamento sexuais, é também verdade que a desigualdade se mantém porque este processo de transformação se passa a dois níveis distintos, de forma que as representações vão um passo à

frente das práticas reais.^[13] A ideia de igualdade tem assim sobretudo efeito nas grandes decisões conjugais e nos critérios de negociação dessas decisões, mas os gestos, socialmente incorporados e reproduzidos, continuam a ter uma outra história e traem a cada momento do quotidiano a permanência de atributos identitários de género nas mulheres e nos homens. Mas, de facto, como sublinha A. Michel conclui-se a existência uma correlação entre actividade profissional feminina e repartição mais equalitária de tarefas e papéis, também muito induzida

pela transformação de mentalidades decorrente da entrada das mulheres no mercado de trabalho.^[14] A principal fractura observada na forma como estas mulheres inseridas em conjugalidades fusionais e com profissionalização desejada organizam o seu tempo, e portanto estruturam as suas práticas sociais, consiste nas diferenças de escolaridade, factor que induz a um maior investimento estratégico numa carreira profissional. O critério principal para assinalar diferenças é o de se possuir ou não um diploma do ensino superior, controlador eficaz do tipo de investimento que as mulheres fazem nas suas carreiras e da gestão que fazem de exigências profissionais e exigências familiares, pois embora a profissionalização seja desejada por todas, as mulheres não licenciadas acentuam mais o carácter ocupacional do trabalho enquanto recusa do enclausuramento doméstico que caracteriza a trajectória das suas mães do que como forma de realização pessoal.

As mulheres com um diploma possuem mais capitais, no sentido de Bourdieu, ou mais recursos na óptica de Blood e Wolfe, elementos significativos para a estruturação das práticas femininas e

papéis conjugais.^[15] Precisamente, uma das formas de analisar as desigualdades entre os cônjuges e as formas de interacção conjugal é através da abordagem dos recursos. Por exemplo Singly aborda

a questão dos capitais de maneira oposta à utilizada por Blood e Wolfe.^[16] Enquanto estes davam aos capitais o estatuto de variável independente, *i.e.*, os capitais que cada cônjuge traz para o casamento fazem variar as formas de repartição do poder e autoridade, na abordagem de Singly os capitais assumem antes o estatuto de variável dependente, pois são o casamento e a maternidade que transformam e actualizam os capitais femininos.

Vários autores têm posto em evidência a relação entre a posição em estruturas exteriores e o poder interno na família, mas os capitais não explicam por si a divisão da autoridade e tarefas, pois as práticas levadas a cabo na família não são uma operação de maximização, estando os cônjuges longe

da figura do *homo æconomicus*.^[17] As identidades de género são também um factor explicativo central que intervém activamente na negociação conjugal, nas complementaridades que vão sendo estabelecidas segundo um mapa de diferenças e semelhanças.

Por isso, a mulher é quem perde mais com o casamento nomeadamente a nível profissional, mesmo que a sua escolaridade seja superior à do marido e lhe permitisse, no campo dos possíveis, possibilidades de maior progresso profissional que o seu cônjuge. Mas não é isso que acontece. Os tempos profissionais masculinos acabam por estruturar o que a mulher pode e não pode fazer, continuando a haver uma hierarquização de prioridades conjugais que subalternizam a mulher, apesar da consagração representacional da igualdade e dos maiores capitais femininos.

Mas é também verdade que quanto mais recursos ou capitais traz a mulher para a relação conjugal mais forte será o peso da sua autonomia relativa e mais negociadas as modalidades do seu investimento familiar. Os comportamentos femininos e os códigos normativos orientadores das práticas transformam-se, numa relação de dupla estruturação, concomitantemente com as mudanças das formas privilegiadas de interacção conjugal.

O que se conclui é que nas famílias em que de facto há uma dupla carreira as mulheres têm mais recursos escolares que os homens, sendo o projecto de dupla carreira mais estruturado em função da mulher do que do próprio homem, mas mesmo assim parece validar-se a hipótese proposta por Singly de que os capitais são uma variável mais dependente do que independente.

À revelia de qualquer desigualdade prática, a representação do casamento como uma relação de fusão entre dois parceiros parece ser quase hegemónica nos discursos e aspirações. Para estas mulheres a igualdade entre os parceiros deve construir-se no âmbito de um relacionamento afectivo fusional, um relacionamento pensado e desejado enquanto *nós* e pouco enquanto contrato entre dois *eus* autónomos.

Mas, se as famílias são representacionalmente fusionais (o que também consta dos discursos masculinos) não o são na verdade concreta das práticas. Basta dizer que o mundo doméstico continua a ser responsabilidade última das mulheres, agora com a intervenção (em forma de ajuda ou mesmo controle) dos homens, recentemente imiscuídos nesse mundo tradicionalmente feminino. Pode-se dizer que a balança da instrumentalidade/expressividade entre os cônjuges, se equaliza e se indiferencia, com o ganho, por um lado, de uma maior igualdade relativa e com a perda, por outro lado, dos lugares de domínio tradicionais das mulheres. As mulheres já não são as senhoras do lar e da organização do mundo doméstico, mas continuam a acumular o grosso das tarefas domésticas. Para estas mulheres, que denominamos *gestoras do tempo*, a família é um espaço privado de trocas e recompensas afectivas, um espaço de integração e fusão entre os parceiros conjugais, onde cada um deles deve ter posições, responsabilidades e deveres iguais, na produção externa e na reprodução interna.

Famílias aliança e trabalho necessário

Se estas mulheres, com idades entre os quarenta e os cinquenta anos, têm em comum com as anteriores o carácter privado da família, dimensão separada das actividades produtivas, este não é mais um espaço conjugal, é antes um espaço feminino onde as mulheres exercem, face ao marido e aos filhos, as suas competências expressivas zelando pelo bem-estar e coesão da família. De alguma forma, e embora as mulheres exerçam, nas práticas, funções de grande instrumentalidade, não só contribuindo para os rendimentos familiares como igualmente em trabalhos de gestão doméstica consideráveis, a visão representacional da divisão do trabalho sexual enquadra-se no modelo parsoniano das relações entre os sexos, atribuindo à mulher a esfera privada e ao homem a esfera pública, ancorando as suas representações sociais na casa e no universo doméstico como referência primordial, espaço íntimo, fechado e feminizado onde a mulher exerce as suas funções mais importantes de esposa, mãe e dona-de-casa.

Este centramento no mundo doméstico está profundamente associado à família e aos papéis que as mulheres aí devem assumir. O papel de dona-de-casa, com as competências que lhes

estão associadas continua a ser para estas mulheres um papel de prestígio assumido através do casamento, rito de passagem em que a mulher adquire uma identidade social relevante, a de mulher casada.

As mulheres inseridas em famílias aliança dão prioridade representacional ao universo familiar e doméstico, mesmo estando as suas práticas divididas entre a esfera reprodutiva e produtiva. O trabalho profissional é sobretudo uma necessidade e uma obrigação familiar originada pelos salários baixos e insuficientes dos maridos. Evidentemente que, na prática, estas mulheres sofrem os efeitos da acumulação de trabalho, o da rua e o de casa, dado que os seus maridos pouco ou nada as ajudam, ocupando o seu tempo fora do horário de trabalho, essencialmente na rua ou no café, em sociabilidades de grupos exclusivamente masculinos, actividade “típica” dos homens nas localidades rurais.

A passagem das mulheres da esfera privada da reprodução para a esfera pública da produção parece não ser o suficiente para mudar as representações normativas que estruturam as opções das mulheres em termos ideais. Um emprego não basta para mudar categorias de apreciação e definição identitária, embora o trabalho fora de casa aumente o poder negocial das mulheres e a sua autonomia financeira. Assim, por si só, a participação na produção não conduz a alterações de relevo nas identidades femininas. No caso destas mulheres, se os seus papéis práticos se transformaram relativamente ao que era o lugar tradicional das mulheres, foi mais em função de necessidades de sobrevivência material e menos por vontade própria.

O casamento é o lugar estruturador dos papéis sociais assumidos por estas mulheres. Um casamento que, se não exclui o amor romântico e a afectividade, é marcado por uma visão mais instrumental, nomeadamente ligada às necessidades de sobrevivência económica do casal, necessidade essa que é discursivamente referida enquanto elemento estruturante de várias opções estratégicas da vida do casal — a mulher trabalhar ou não fora de casa, ter ou não um certo número de filhos.

Em termos de coesão conjugal os espaços e tarefas de cada um são diferenciados. Embora ambos providenciem recursos monetários, o trabalho doméstico e a gestão da casa é atribuição quase exclusiva da mulher, havendo pouca participação masculina. Normalmente cada um tem as suas esferas de decisão na família, ficando a gestão do quotidiano doméstico — tratar da casa e dos filhos — a cargo das mulheres, e as decisões mais importantes ou que remetem para assuntos exteriores ao lar, incluindo as grandes tomadas de decisão sobre a vida dos filhos, a cargo dos homens. O modelo de conjugalidade é predominantemente a aliança, entendida como articulação entre amor romântico, a busca da felicidade conjugal no casamento, e instituição, como harmonização

entre amor e dever, assentando o ideal estereotípico da mulher na expressividade.^[18] Esta norma ideal é mais construtora de determinadas identidades femininas, do que prática, pois nas suas várias práticas as mulheres têm, de facto, papéis instrumentais importantes, quer domésticos, quer na produção externa, onde, conjuntamente com os homens, sustentam a família.

Aliás, alguns autores, repegando na polémica gerada em torno da teoria parsoniana, consideram ser demasiado simplista identificar a instrumentalidade dos papéis com tarefas de subsistência ou de gestão doméstica, acrescentando que é a liderança da função instrumental ou expressiva que define

o carácter dos papéis conjugais mais num sentido ou noutro.^[19] Assim, de facto, as mulheres entrevistadas delegam nos seus maridos a responsabilidade última da angariação de recursos, enquanto elas permanecem as responsáveis máximas, também por delegação masculina, da manutenção da organização doméstica.

No quadro de construção destas conjugalidades, o homem representa ainda a autoridade legítima na família. Mesmo que as mulheres reconheçam a importância da negociação e do diálogo a nível das grandes decisões, a gestão quotidiana estrutura-se através de núcleos de decisão diferenciados, logo havendo decisões mais ligadas ao arbitrio masculino e outras à competência feminina. A saliência da autoridade masculina na família está sempre presente, em maior ou menor grau — uma mulher deve respeitar o seu marido, e os filhos devem obediência ao pai.

São, pois, as próprias mulheres a legitimar, nos discursos e nas práticas, a assimetria de tarefas e poderes entre marido e mulher dentro do casamento, consagrando à mulher e ao homem especializações diferenciadas, actualizações práticas das divisões sexuais das competências potenciais presentes no seu sistema de disposições integradas. Esta autoridade apriorística do marido repousa essencialmente na condição do seu sexo, o facto de ser homem, e está sempre presente nas disputas negociais do casal, uma vez que, por mais distante que o marido esteja das funções diárias de governo da casa e até da própria educação dos filhos, é-lhe dado o direito de a qualquer momento fazer ouvir a sua voz e impor a legitimidade da sua autoridade. W. Goode chama a esse poder “autoridade negativa”, a autoridade de impor limites às acções dos outros membros da família.^[20]

O respeito por um chefe de família dialogante é, como se pode ler nos discursos destas mulheres,

o corolário feminino sobre a divisão de papéis conjugais, assimetria “natural” e não contestada advinda do facto simples do sexo de cada um, de se ter nascido mulher ou homem, de se ter uma identidade de género específica que dita o poder ou a submissão.

Famílias instituição e trabalho familiar

Estas mulheres, essencialmente de gerações mais velhas, de sessenta e setenta anos, centram-se, como as imediatamente anteriores, na casa e nos seus papéis domésticos, mas salientam, ao invés das competências expressivas, a instrumentalidade do seu trabalho e conferem grande importância a atributos como a capacidade de trabalho e força femininas, vividas no quadro de uma conjugalidade globalmente mais instrumentalizada, que não chega a autonomizar-se trabalho produtivo, antes confunde-se com ele, fazendo pouco sentido utilizar o binómio produção/reprodução enquanto espaços mutuamente exclusivos.

Assim, o que distancia estas mulheres das anteriores é o modo como é representado o trabalho doméstico e o trabalho profissional, bem como a importância das capacidades femininas no sucesso material do casal, por um lado, e a indiferenciação entre actividades de produção e actividades de reprodução, por outro lado. A família é uma unidade de trabalho para cujo funcionamento devem contribuir todos os seus membros, seja através do trabalho fora de casa, seja através do trabalho em casa.

Estas mulheres valorizam também, discursivamente, o seu papel enquanto coadjuvantes no desempenho masculino fora de casa, no mundo do trabalho. No que respeita ao trabalho doméstico, consideram que o trabalho que a mulher realiza em casa é de suma importância para toda a família, e não é vivido apenas como ocupação de cariz fundamentalmente expressivo, mas como trabalho, quase no sentido de uma profissão especificamente feminina. Os homens trabalham fora de casa, na rua, e embora o trabalho masculino seja considerado hierarquicamente superior ao das mulheres, o trabalho feminino não perde, por isso, o seu estatuto de actividade fundamental à família, ao marido e aos filhos. As mulheres assumem-se, mais claramente e com consciência discursiva, no seu papel de pilar doméstico e senhoras da sua casa, espaço de poder feminino algo vedado à participação e autoridade masculina, muitas vezes considerada um abuso, um intrometimento do homem num território estritamente feminino.

O trabalho fora de casa é a continuação necessária das suas competências domésticas, é um trabalho familiar de forma mais clara do que para as mulheres inseridas em famílias aliança. No caso presente, a junção representacional de actividades de produção e actividades de reprodução, entre público e privado é total, não se tendo verificado um processo de diferenciação e oposição entre estas duas esferas.

Mas o trabalho remunerado destas mulheres não deve se confundido com uma profissão no sentido que assume para as mulheres mais jovens com profissionalização desejada. É um trabalho levado a cabo do seio de uma unidade conjugal e o seu sentido é sempre referenciado ao casamento e à família. O seu estatuto de mulheres de trabalho é um estatuto familiar destinado, como diria Bertaux, à produção

e reprodução antroponómicas.^[21] O que acontece é que, de uma certa forma o trabalho profissional igualmente necessário destas mulheres está mais naturalizado nos seus sistemas de disposições, não se opondo tão nitidamente, porque não sentido enquanto oposição, às exigências do mundo doméstico.

A imagem da mulher como mulher de trabalho é importante nas relações conjugais e o reconhecimento

da legitimidade do seu papel é feito pelos homens, seus maridos.^[22] De facto, é como se a geração de mulheres de quarenta e cinquenta anos tivesse perdido este estatuto ligado ao trabalho e ao doméstico como produtivo, e optasse, por *desejo* geneticamente inscrito no seu sistema de disposições pelo estatuto, para elas, quase lúdico das suas tarefas, espécie de prémio social que permite à mulher escapar à necessidade de trabalhar fora de casa.

O modelo de organização familiar e as relações conjugais destas mulheres definem muito do que são os seus papéis e identidades sociais, pois é pela pertença a uma família e a um trabalho de âmbito familiar, produtivo e reprodutivo, que as mulheres se situam e constroem os seus referentes sociais desempenhando certas funções primordialmente inscritas no nós familiar a que pertencem e para o qual trabalham.

Os modelos familiares destas mulheres, que optámos por intitular de instituições de trabalho, possuem um carácter institucional mais marcado e privilegiam, como finalidades mais ou menos vincadas, o objectivo da subsistência familiar ou de constituição de património familiar, a que se pensa dar continuidade através dos filhos. Insiste-se na instrumentalidade económica da família, constituída também como lugar de unidade afectiva e identidade social, mas há uma prioridade das questões de sobrevivência e segurança económica.

Em termos de coesão conjugal cada um dos cônjuges têm os seus territórios bem demarcados apesar de existir cooperação entre ambos para a realização económica familiar. À mulher compete todo o

trabalho no interior da casa no qual o homem não participa a não ser quando esse trabalho estabelece uma continuidade muito forte com a actividade profissional. A responsabilidade divide-se entre os cônjuges, ficando elas com o sector interno ou doméstico a seu cargo e eles responsáveis pelo sector externo. Os termos da responsabilidade que cada um dos cônjuges toma como primordialmente sua impõe a ordem na sobreposição prática que por vezes ocorre entre os vários sectores.

O grau de autonomia feminina na gestão doméstica e financeira é normalmente mais elevado do que nos casos das famílias aliança, havendo *grosso modo* um mundo feminino construído de modo mais impenetrável aos homens.

Em geral as suas sociabilidades passam-se mais no espaço da vizinhança limítrofe à casa. Mas estas conjugalidades caracterizam-se por uma matriz de diferenciação sexual em termos das relações interpessoais, pois cada um dos cônjuges tem as suas redes próprias e separadas. As mulheres com as mulheres e os homens com os homens. Nas actividades, responsabilidades e lazes cada um possui alguma autonomia pessoal e alguma margem de manobra, mais os homens que as mulheres, apesar destas possuírem, nestes casos, uma independência relativa maior do que a maior parte das mulheres de quarenta e cinquenta anos, mais submetidas, mesmo nos sectores populares, ao controle masculino da sua gestão, gastos, actividades domésticas, etc. Contudo, ao mesmo tempo que vincam os seus territórios de autonomia e acção particulares e até o seu poder oculto sobre os homens, as mulheres, que optámos por designar de *trabalhadeiras* reconhecem também a submissão da mulher ao marido, ao homem da casa e chefe da família.

Notas finais sobre a construção das identidades femininas

Estas mulheres, inseridas em diferente tipos de famílias e com posições práticas e representacionais diversas face às suas inserções no mundo do trabalho e face ao mundo doméstico onde igualmente realizam trabalho para as famílias, constróem quotidianamente modalidades específicas de identidade social, marcadas geneticamente pela sua pertença a uma categoria social de género.

Uma conclusão geral é a de que a divisão do trabalho é, em qualquer um dos grupos, sempre a desfavor da mulher, sendo nomeadamente pelo trabalho doméstico que “le scandale arrive” como refere M. Chaudron a propósito da prioridade feminina no mundo doméstico, prioridade essa que é assumida de formas muito diferentes, quer nas práticas, quer nos discursos pelas *gestoras do tempo, fadas do lar e trabalhadeiras*.^[23]

Estes são aliás os termos que nos ocorreram para denominarmos estes três tipos de mulheres, geracional e socialmente diferenciadas, com trajectórias particulares moldadas primordialmente pelo tipo de família — fusão, aliança ou instituição — em que estão inseridas, sendo assim a família o núcleo central a partir do qual se constrói uma determinada relação de articulação com a esfera do trabalho.

As *gestoras do tempo* têm uma identidade de mulher entre a família e o mundo do trabalho. Ser mulher é definido pela inserção familiar e também pelas actividades de produção no exterior do lar. Mas em última análise, a família acaba por ser prioritária. O valor a ela atribuído é superior, mesmo no caso das mulheres mais divididas como são as que fazem um forte investimento profissional induzido pela escolaridade superior, pois nestes casos o ser-se alguém passa também por ser-se alguém na profissão (ser professora, jornalista, socióloga...), atributo que é reconhecido e legitimado pelo exterior e pela própria unidade conjugal. Por isso, elas são gestoras do tempo entre a casa e o trabalho, mas acabando a casa por comandar grandemente o trabalho e, deste modo, ganhando a família terreno e importância na vida das mulheres. Mas só a família não lhes chega. A sua identidade funda-se na família, mas numa família que lhes permite a abertura ao exterior, a participação na esfera da produção e no espaço público.

O que acontece em muitos casos é que a ocupação profissional é subsidiária do mundo doméstico e as estratégias de inserção profissional e do percurso profissional obedecem à lógica das necessidades conjugais e familiares, o que acaba, ainda que no quadro de uma pluralidade de esferas e papéis, por vincar a saliência da família e da conjugalidade como referente. Referente aberto, contudo. Nas gerações mais velhas, quer no caso das *fadas do lar* quer no caso das *trabalhadeiras* a identidade social é construída grandemente em função das suas pertenças familiares. A diferença essencial entre ambas consiste na diferença representacional na avaliação do estatuto do trabalho doméstico e na concepção da esfera da produção e da esfera da reprodução.

Para as *trabalhadeiras* o trabalho doméstico é uma profissão e a profissão uma extensão do trabalho doméstico. Elas trabalham como os homens, só que o seu trabalho é a casa e para a casa, não havendo uma noção clara da separação entre produção e reprodução. É certo que o trabalho dos homens é o trabalho importante mas a instrumentalidade do papel doméstico feminino é a salientada. No caso das *fadas do lar* o que sobressai é a expressividade feminina, o aspecto mais lúdico

do doméstico. Elas pensam-se de facto como estando separadas do exterior, da esfera produtiva. Mesmo que as mulheres trabalhem fora de casa fazem-no porque essa é a sua contribuição para uma economia doméstica familiar de que o homem é o principal responsável, sendo, contudo, o estar em casa, o objectivo por elas desejado, símbolo de mais valia simbólica e de sucesso do seu marido. De facto, estas mulheres constroem identidades sociais no enquadramento do nós-família, tendo a autonomia pessoal, compreendida enquanto auto-realização, pouco valor fora da conjugalidade e da maternidade.

A distância entre o que é feito e o que é dito é uma constante das interações entre práticas, representações e normatividades socialmente codificadas. Mas esta distância fundamental, cuja identificação é fundamental para a compreensão dos processos sociais de construção social de identidades, assume matizes diferenciados consoante as idades das mulheres e as suas pertenças sociais, consoante sejam elas *trabalhadeiras*, *fadas do lar* ou *gestoras do tempo*. Estas últimas salientam representacionalmente a igualdade conjugal e sexual enquanto têm práticas que comprovam, no plano das acções, a manutenção de desigualdades efectivas. As *fadas do lar* e as *trabalhadeiras*, cada umas a seu modo, enunciam discursivamente a saliência da desigualdade conjugal e sexual e secundarizam os seus poderes práticos na gestão da casa e no controle da família, dos filhos e mesmo do marido. Tal inversão de factores inscreve-se nos códigos sociais normativos que instituem legitimamente o dever ser social afecto aos lugares e comportamentos femininos, sentido subjectivamente pelas mulheres.

Os processos sociais de construção de uma determinada identidade social articulam-se, de facto, a quadros duráveis de socialização e sociabilidade. Pela incorporação de códigos sociais vinculados às categorias de género, as mulheres constroem uma forma específica de visão da divisão do mundo social, orientadora das suas apreciações e acções, que ao longo da vida vão sendo legitimadas ou transformadas, havendo uma tendência para a perpetuação de normatividades socialmente formadoras do seu sistema de disposições, pois mesmo que estas reconheçam a existência e naturalidade de outros códigos sociais aplicáveis, nomeadamente a mulheres mais novas, elas continuam a tomar como referentes para si mesmas os modelos de comportamento que as socializaram, justificando discursivamente a sua posição ao dizerem ser já tarde para mudarem. Estas identidades duráveis são socialmente reconhecidas pelos outros e accionadas nos mais pequenos gestos da vida quotidiana e ao longo dos sucessivos momentos da trajectória social do indivíduo. Parece assim haver uma linha de coerência entre formas de socialização, de namoro e escolha do cônjuge, de casamento e vida familiar, de atitude face ao trabalho doméstico e profissional que se alicerça, à medida que a vai reconstruindo, na identidade social das mulheres. As práticas condicionam, mas não transformam totalmente as identidades de género fundadas com o processo de socialização. Daí encontrarmos em todas as gerações de mulheres uma ligação prioritária à família e também bastante grande ao lugar doméstico tradicionalmente atribuído ao sexo feminino. As mulheres reproduzem quotidianamente modelos de feminilidade definidos por oposição ao modelo masculino. Assim, o processo de atribuição de sentido a um mundo que se conhece dividido em duas metades — os homens e as mulheres — e de atribuição de sentido legítimo ao lugar que se ocupa nesse mundo é, também, o processo de construção de identidades sociais de género. O essencialismo constituinte da categoria “ser mulher” coloca o actor social numa determinada trajectória social, molda o seu sistema de disposições, forma a construção de categorias pessoais de percepção e apreciação do mundo, dá-lhe também trajectórias virtuais possíveis (um campo dos possíveis), códigos normativos incorporados através do processo de socialização, dá ao sujeito uma identidade primeira legitimada pelo seu nome e pela forma do seu corpo. Essa definição identitária articula-se a papéis sociais, definidos não como regras inexoráveis (não confundamos o dever ser com o ser), mas como representações normativas que vão sendo actualizadas, reproduzidas e transformadas nas práticas efectivas orientadas pela norma, mas diferentes da norma, sempre um “dever ser” social pertencente ao universo simbólico dos valores.

Ao longo da sua trajectória social os papéis sociais que as mulheres reproduzem e transformam nas suas práticas dão continuidade ao sentido identitário de ser mulher, formam e reformam a identidade, sintetizando experiências e sentidos num processo complexo de categorização (e comparação social) do mundo e das acções, processo realizado pelo sistema de disposições incorporadas dos indivíduos.

Assim, as mulheres atribuem valores diferenciados às suas diferentes práticas e desempenhos em diferentes esferas da acção. Não só as práticas (categorizáveis em papéis estereotípicos) definem o lugar social da mulher, mas também o significado representacional, o sentido que esta atribui a essas práticas. A identidade social é também o significado simbólico do lugar que o indivíduo ocupa no mundo social, o resultado de uma determinada trajectória enraizada no passado, na história individual. A identidade social dota de sentido essa trajectória, traduzida pelo senso comum dos indivíduos como o ser-se alguém em particular, definido por determinados atributos comuns a uns e diferentes de outros tantos. A identidade é, assim, um essencialismo necessário à definição pessoal, e dotada de coerência temporal.

Conclui-se então que, para além das grandes opções (como por exemplo as opções de profissionalização desejada) as relações de assimetria e dominação entre o masculino e o feminino se reproduzem quotidianamente nas divisões inscritas, quer nos sistemas de disposições, quer no arbitrário sociocultural local, estando presentes nos modos como se gerem actividade profissional e responsabilidades domésticas, como se vive o salariedade de forma especificamente feminina, como se está no espaço público e nas práticas de sociabilidade. Daí a importância de se considerarem os universos representacionais das mulheres como fundadores da atribuição de sentido às práticas, e o sentido destas, para além da sua objectividade efectiva, enquanto elemento integrante da realidade social, como construção dinâmica dos actores sociais.

* — Esta comunicação resulta do trabalho de investigação levado a cabo no âmbito do 5º ano da licenciatura em sociologia, no ano lectivo de 1994/95, sendo aqui parceladamente apresentados alguns dos resultados empíricos e das conclusões a que chegámos na dissertação final *Família, Papéis Sociais e Construção das Identidades Femininas em Contexto Rural*, orientada pela Profª Doutora Karin Wall.

** — Licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

[1] Pierre Bourdieu, «La domination masculine», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 84, 1990, p. 8.

[2] Tal como formulada pela psicologia social, a identidade social surge associada às pertenças grupais dos indivíduos e ao significado emocional e avaliativo que essas pertenças têm para eles. Vejam-se por exemplo as formulações de H. Tajfel a respeito das relações grupais e do processo de formação das identidades sociais, in Lúcia Amâncio, *Masculino e Feminino, A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento, 1994.

[3] J. Madureira Pinto, «Considerações sobre a Produção Social de Identidade», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº32, 1991, p. 218.

[4] Cf. P. Bourdieu, *op. cit.*

[5] Foram considerados, para esta comunicação, 19 dos casos de um total de 28 mulheres por nós entrevistadas.

[6] Cf. R. O. Blood e D. H. Wolfe, *Husbands and Wives: the dynamics of married living*, New York, The Free Press, 1960.

Cf. Emily Bott, *Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

[8] Cf. E. W. Burgess, H. J. Locke, M. Thomes, *The Family: From Institution To Companionship*, New York, American Book, 1960.

[9] Cf. Louis Roussel, «Mariages et Divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux», *Population*, 6, 1980, pp. 1025-1040.

[10] O modelos de conjugalidade foram definidos, no âmbito da sua utilização nesta pesquisa, pelas formas de coesão conjugal (estruturação interna de espaços e actividades familiares comuns ou diferenciadas) e de abertura ao exterior (formas de relacionamento com a organização social local), e ainda pela atitude das mulheres face ao trabalho (doméstico e profissional), partindo-se do pressuposto teórico que família e trabalho são dimensões mutuamente estruturadas. Optou-se ainda por utilizar a terminologia de L. Roussel (*ibidem*) — fusão, aliança e instituição —, mas no quadro da operacionalização explicitada, servindo esta terminologia para dar conta da matriz representacional e prática de posicionamento numa determinada modalidade de relação conjugal.

[11] Martine Chaudron, «Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes: Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles», in M. A. Barrère-Maurisson *et al.*, *Le Sexe du Travail. Structures familiales et système productif*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1984, pp. 17-27.

[12] Jean Kellerhals *et al.*, *Mariages au Quotidien*, Lausanne, Éd. Pierre-Marcel Favre, 1982, p. 128.

[13] J.-C. Kauffman, *La Trame Conjugale. Analyse du couple par son linge*, Paris, Nathan, 1992, pp. 111/112.

[14] Cf. Andrée Michel, *Sociologie de la Famille et du Mariage*, Paris, PUF, 1978.

[15] Cf. R. O. Blood e D. H. Wolfe, *op. cit.*

[16] François de Singly, *Fortune et Infortune de la Femme Mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, PUF, 1990, p. 9.

[17] Jean Kellerhals *et al.*, *op. cit.*, p. 133.

[18] Cf. L. Roussel, *op. cit.*

[19] Cf. J. Kellerhals *et al.*, *Microssociologia da Família*, Mem Martins, Europa-América, 1989, p. 48.

[20] W. Goode, *The Family*, New York, Prentice-Hall, 1964, p. 75.

[21]

Cf. Daniel Bertaux, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classes*, Lisboa, Moraes Editores, 1978.

[22]

Veja-se Sally Cole, *Mulheres da Praia. O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1994. A autora afirma que as mulheres de uma comunidade pesqueira no litoral norte se definem sobretudo em termos do seu trabalho produtivo ao lado dos homens, sendo mulheres trabalhadeiras. Esta situação é encontrada em mulheres de idade mais elevada, ao passo que nas mulheres mais novas, operárias fabris e donas-de-casa, surge uma recusa do trabalho produtivo em função do mundo doméstico como lugar privilegiado da mulher. A situação que encontramos em Castelo de Vide (no seu núcleo urbano) apresenta algumas semelhanças apesar de ser uma zona rural e de tradições agrícolas, onde tradicionalmente o poder feminino era menor do que em comunidades pesqueiras. Mas igualmente se encontram situações de mulheres trabalhadeiras sobretudo em faixas etárias mais elevadas, talvez devido à continuidade com a tradição rural, em que a mulher desempenhava importantes funções na produção agrícola numa relação de complementaridade com o homem como frisa Martine Segalen (*Mari et Femme dans la Société Paysanne*, Paris, Flammarion, 1980).

[23]

Martine Chaudron, «Vie de famille, vie de travail», in François de Singly (org.), *La Famille, l'État des Savoirs*, Éditions La Découverte, Paris, 1992, p. 135.